



Revista Latinoamericana de Psicopatologia
Fundamental

ISSN: 1415-4714

psicopatologiafundamental@uol.com.br

Associação Universitária de Pesquisa em
Psicopatologia Fundamental
Brasil

Jaspers, Karl

A abordagem fenomenológica em psicopatologia

Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, vol. VIII, núm. 4, diciembre, 2005, pp. 769-786

Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=233017491013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A abordagem fenomenológica em psicopatologia*¹

Karl Jaspers

A subjetividade dos eventos psíquicos

Ao exame de um paciente psiquiátrico é comum a distinção entre sintomas objetivos e subjetivos. Sintomas objetivos incluem todos os eventos concretos que podem ser percebidos pelos sentidos, e.g. reflexos, movimentos registráveis, a fisionomia de um indivíduo, sua atividade motora, expressão verbal, produções escritas, ações e conduta geral etc. Todos os rendimentos mensuráveis, como a capacidade de trabalho do paciente, sua habilidade para aprender, a magnitude de sua memória, além de outros, pertencem a esse domínio. Também é comum incluir, entre os sintomas objetivos, manifestações como idéias delirantes, falsas memórias etc.; em outras palavras, os conteúdos racionais que o paciente nos comunica. Estes, realmente, não são percebidos pelos sentidos, mas apenas compreendidos. No entanto, tal “compreensão” é alcançada por meio do pensamento racional, sem auxílio de qualquer empatia para com o psiquismo do paciente.

* Texto originalmente publicado em *Zeitschrift für die Gesamte Neurologie und Psychiatrie*, em 1912. Tradução para o português, de Adriano C. T. Rodrigues.

Sintomas objetivos podem ser direta e convincentemente demonstrados a qualquer um com capacidade senso-perceptiva e de pensamento racional; mas os sintomas subjetivos, para serem compreendidos, devem se referir a algum processo que, contrastando à senso-percepção e pensamento lógico, é normalmente descrito pelo mesmo termo “subjetivo”. Sintomas subjetivos não podem ser percebidos pelos órgãos sensoriais, tendo de ser apreendidos pela transposição de si mesmo, por assim dizer, ao psiquismo de outro indivíduo; isto é, pela empatia. Podem se tornar uma realidade interna para o observador apenas pela sua participação da experiência da outra pessoa, não por qualquer esforço intelectual. Os sintomas subjetivos incluem todas estas emoções e processos internos, como o medo, tristeza, alegria, que nós sentimos poder apreender imediatamente a partir de seus concomitantes físicos; este nós tomamos por “expressões” da emoção subjacente. Há, ainda, todas aquelas experiências psíquicas e fenômenos que os pacientes nos descrevem e que se tornam acessíveis a nós apenas indiretamente, através do julgamento e exposição do próprio paciente. Por fim, os sintomas subjetivos também incluem aqueles processos mentais que temos de inferir a partir de fragmentos dos dois tipos prévios de dados, manifestos pelas ações do paciente e pelo modo como ele conduz sua vida.

É comum relacionar esta classificação de sintomas em objetivos e subjetivos a um contraste preciso de valores. Segundo este, apenas os sintomas objetivos oferecem certeza; por si mesmos, eles constituem uma base para o estudo científico, enquanto os sintomas subjetivos, embora não possamos renunciar facilmente aos mesmos nas nossas avaliações preliminares, são considerados bem pouco confiáveis para fazer-se julgamentos finais e infrutíferos para o propósito de qualquer investigação científica adicional. Há um desejo difundido de que nossos estudos das desordens mentais se baseiem apenas em sintomas objetivos e que, idealmente, desconsiderem nossos sintomas subjetivos como um todo. Tal perspectiva tem seus defensores – nem todos igualmente coerentes – tanto na psicologia quanto na psiquiatria. Uma “psicologia objetiva” é contraposta à “psicologia subjetiva”. A primeira dizendo preocupar-se apenas com dados objetivos; sua consequência natural sendo uma psicologia sem psiquismo. Os defensores da última (os quais, deve-se dizer, jamais deixaram de reconhecer o real, mas diferente valor da primeira) levam em consideração as auto-observações, as análises subjetivas, a determinação das distintas formas de vida psíquica e da natureza específica de seus fenômenos, e atribuem valor a este tipo de investigação mesmo sendo feita na ausência de qualquer critério objetivo. Como exemplo de psicologia objetiva podemos citar todo o campo da senso-percepção, mensuração de memória, curvas de performance e seus componentes. Estes últimos nos ilustram o fato de que tais investigações levam, bastante

frequentemente, à eliminação de tudo que pode ser denominado mental ou psíquico. Não é a sensação de fadiga, mas a “fadiga objetiva” que seria investigada. Todo tipo de conceitos – como fatigabilidade, capacidade de recuperação, capacidade de aprendizado, prática, efeito de períodos de repouso etc. – dizem respeito a performances que podem ser medidas objetivamente, não importando se aqui se está lidando com uma máquina, com um ser vivo sem vida mental, ou com um ser humano dotado de mente. Entretanto, os que se proclamam investigadores puramente objetivos, bastante frequentemente, fazem um uso secundário dos fenômenos psíquicos subjetivos para desenvolver suas interpretações destas performances objetivas e tornar as comparações possíveis – assim, evidentemente, fazem uso da “psicologia subjetiva”, com a qual o presente trabalho pretende lidar. Deste modo, não há dúvida de que a psicologia objetiva produz resultados que são mais óbvios, mais convincentes, e de mais fácil apreensão por qualquer um que a psicologia subjetiva. Mas enquanto a diferença quanto ao *grau* de certeza é meramente quantitativa, quando se trata do *tipo* de certeza a diferença é qualitativa e fundamental. Isto porque a psicologia subjetiva sempre ambiciona a apreensão dos conceitos e idéias que constituem as representações internas dos processos psíquicos, ao passo que a psicologia objetiva tem, como seu intento último, a observação de aspectos inquestionáveis como a senso-percepção e o conteúdo racional do pensamento, pelos dispositivos como gráficos e estatística.

O estudo sistemático da experiência subjetiva

Quais, então, são os objetivos precisos desta tão comentada psicologia subjetiva? Enquanto a psicologia objetiva, eliminando tudo aquilo que é psíquico, se converte em fisiologia, a psicologia subjetiva ambiciona preservar a dita vida psíquica como objeto de seu estudo. Ela se indaga – grosso modo – do que depende a experiência mental, quais suas conseqüências, e que relações podem ser nela discriminadas. As respostas a tais perguntas são seus objetivos específicos. No entanto, ao abordar cada um dos problemas, psicólogos subjetivos têm de enfrentar a necessidade de tornar claro para si mesmos e para outrem qual é a experiência psíquica específica à qual se refere, dado que se confrontam com uma diversidade de fenômenos psíquicos que não podem ser investigados como um todo unitário, mas dos quais elementos individuais devem ser selecionados para investigação. Assim, antes que uma investigação válida possa se iniciar é necessário identificar os fenômenos psíquicos específicos que serão seus objetos, e estabelecer as diferenças e semelhanças entre estes e outros

fenômenos com os quais podem ser confundidos. Este trabalho preliminar de representação, definição e classificação dos fenômenos, perseguido como atividade independente, constitui a fenomenologia. A natureza difícil e compreensiva deste trabalho preliminar torna inevitável que deva se tornar, no momento atual, um fim em si mesmo.

Visto que estas investigações independentes e sistemáticas não foram empreendidas até o momento, tal abordagem fenomenológica permanece restrita a algumas opiniões baseadas em possibilidades ou em construções *ad hoc*.

- Algumas direções úteis podem ser encontradas entre estas, mas é essencial que sejam seguidas por investigações adicionais.

Na esfera da investigação psicológica, E. Husserl deu o primeiro passo crucial em direção a uma fenomenologia sistemática, seus antecessores nisto havendo sido Brentano e sua escola, assim como Th. Lipps. Houve, na psicopatologia, numerosas tentativas de se criar uma fenomenologia¹ sem, no entanto, se haver constituído, até agora, um campo de pesquisa de reconhecimento geral com ambição de preparar sistematicamente as fundações para as tarefas da psicopatologia. Dado que a fenomenologia de fato oferece um campo produtivo de trabalho, do qual todos podem tomar parte, uma exposição programática de seus objetivos e métodos parece indicada.

As limitações da empatia

Na vida cotidiana ninguém pensa em termos de fenômenos mentais isolados, quer sejam seus próprios quer sejam os de outra pessoa. Nossa preocupação pessoal é sempre com aquilo que é o objeto de nossa experiência, e não com o processo mental relacionado a ela. Entendemos outras pessoas não através da consideração e análise de suas vidas mentais, mas por vivermos com elas no contexto em que sucedem eventos, ações e os destinos pessoais. Mesmo quando ocasionalmente fazemos considerações sobre a experiência mental em si mesma,

1. A obra de Kandinsky, *Kritische und Klinische Betrachtungen im Gebiete der Sinnestäuschungen* (Berlim, 1885) é quase completamente de caráter fenomenológico. A obra de Oesterreich, *Die Phänomenologie des Ich in ihren Grundproblemen* (Leipzig, 1910), e a de Hackers, “*Systematische Traumbereobachtungen*” (*Archif. F. Psych.* vl. 21.1, 1911) conduzem investigações fenomenológicas sistemáticas sobre sintomas particularmente vitais para a psicopatologia. Eu próprio me esforcei neste sentido em dois trabalhos anteriores: “*Zur Analyse der Trugwahrnehmungen*” e “*Die Trugwahrnehmungen*”. (Reeditado em *Gesammelte Schriften zur Psychopathologie*, Springer-Verlag, Berlim, 1963).

fazemos isto apenas no contexto de causas e efeitos como compreendido por nós, ou quando classificamos personalidades em categorias etc. Nunca nos percebemos propensos a considerar um fenômeno mental isoladamente, e.g. uma percepção ou sensação *per se*, ou a descrevê-lo em termos de sua aparência ou essência. O mesmo se passa com a atitude do psiquiatra para com seu paciente. Ele pode compartilhar da experiência do paciente, isto sempre ocorrendo espontaneamente, sem que tenha que refletir sobre isso. Neste sentido ele pode obter uma compreensão essencialmente pessoal, indefinível e direta que, no entanto, permanece-lhe como pura experiência, e não como conhecimento explícito. Ele ganha prática em compreender, mas não constrói um repertório de material clínico – “experiência” no sentido profissional – que lhe seria mais útil que meras sensações vagas e impressões, e que poderia comparar, organizar, ou submeter a testagem.

A atitude meramente empática, que pode ser bastante satisfatória para alguns – tanto que para alguém a isto inclinado esta pode se tornar seu objetivo profissional – é, deve-se admitir, “subjetiva” num sentido bastante peculiar. E quando formulações ou afirmações específicas são feitas tomando-a como base, e sem qualquer referência a estudos de maior alcance ou a algum sistema conceitual, merece-se rejeitar a boa fundamentação desta conceituação e tomá-la como “meramente subjetiva”, num sentido pejorativo. Afirmações de tal ordem não podem ser discutidas ou verificadas. Podemos apreciar este tipo de compreensão, podemos admirá-la pelas valiosas qualidades humanas que revela; mas jamais podemos reconhecê-la como “ciência”, quer a encontremos diariamente como prática de pessoas civilizadas e educadas ao longo dos séculos, quer em sua feição clínica como a preocupação instintiva do psiquiatra por seus pacientes.

Contudo, se ainda desejamos desenvolver uma ciência psicológica devemos, por um lado, reconhecer desde o princípio que seu ideal é uma compreensão plenamente consciente dos fenômenos mentais, de um tipo que possa ser apresentada por meio de terminologia e formas definidas, em contraste à compreensão vaga ou inconsciente que é alcançada apenas de modo pessoal e subjetivo através do posicionamento e aptidões de dois indivíduos específicos. Mas devemos reconhecer também que a psicologia não pode almejar alcançar tal ideal científico; em vez disso deve se engajar em diversas abordagens promissoras. De fato, estas abrem perspectivas, porém a solução que lhes seria ideal persiste infinitamente remota. Por isso tantos praticam sua compreensão pessoal puramente para sua própria satisfação e, do alto de sua vaga e ainda assim penetrante compreensão, olham condescendentemente para baixo em direção a todas as tentativas de definir conceitos em nível consciente, descartando-as como chavões estereis ou trivialidades. Ainda assim, o fato de apenas tais refletidas

determinações psicológicas constituírem contribuições para o conhecimento lhes confere, do ponto de vista científico, valor ímpar – mas apenas deste ponto de vista.

Isolando os fenômenos

Este posicionamento de insatisfação com a compreensão como mera experiência e que deseja promovê-la ao patamar de conhecimento que possa ser comunicado, investigado e discutido, depara-se com uma infinidade de fenômenos psíquicos multifacetados, que ainda estão longe de serem claros e cujas relações de dependência e consequência ainda têm de ser elucidadas. Sem dúvida, o primeiro passo em direção a uma compreensão científica deve ser classificar, definir, diferenciar e descrever os fenômenos psíquicos particulares, os quais são assim atualizados e regularmente descritos com terminologia específica.

Devemos principiar com uma representação clara do que realmente está se passando com o paciente, o que ele está realmente experimentando, como as coisas surgem em sua consciência, quais suas sensações, e daí por diante. E nesta etapa devemos pôr de lado todas as considerações sobre a relação entre as experiências ou sua síntese num todo unitário, e especialmente devemos evitar o emprego de quaisquer construtos básicos ou modelos de referência. Devemos figurar apenas o que de fato se apresenta à consciência do paciente; qualquer coisa que não se apresentou realmente à consciência do mesmo estará excluída de nossa consideração. Devemos deixar de lado todas as teorias antiquadas, construtos psicológicos e mitologias materialistas sobre processos cerebrais; devemos voltar nossa atenção apenas para o que podemos entender como tendo real existência, e que podemos diferenciar e descrever. Esta, como mostra a experiência, é uma tarefa bastante difícil. Esta peculiar liberdade de pré-concepções que a fenomenologia demanda não é algo que alguém consegue obter desde o início, mas algo laboriosamente conquistado após prolongado trabalho crítico e muito esforço – comumente infrutífero – em modelar construtos e mitologias. Quando éramos crianças, inicialmente desenhávamos as coisas como imaginávamos, não como as enxergávamos. Do mesmo modo, quando psicólogos e psicopatólogos, atravessamos um estágio em que, de uma maneira ou outra, formamos nossas próprias idéias sobre os eventos psíquicos, e apenas posteriormente adquirimos uma apreensão sem preconceitos destes eventos como realmente são. Assim, esta atitude fenomenológica deve ser adquirida apenas pelo esforço repetido e pela sempre renovada superação das pré-concepções.

Como então procedemos quando isolamos, caracterizamos e damos a forma conceitual destes fenômenos psíquicos? Não podemos retratá-los ou trazê-los diante de nossos olhos de qualquer maneira que possa ser percebido pelos sentidos. Podemos apenas guiarmo-nos e a outrem através de uma abordagem múltipla. Devemos ser conduzidos, começando pelo exterior, a uma apreciação real de um fenômeno psíquico particular pela observação de sua gênese, suas condições de surgimento, suas configurações, seu contexto e possíveis conteúdos concretos; também pelo uso de comparações intuitivas e simbolização, através do voltar de nossas observações para qualquer direção que elas próprias sugiram (como artistas fazem tão agudamente) e pela demonstração de fenômenos conhecidos que parecem ter algum papel na formação do fenômeno estudado. Tudo isto constitui incentivo, reforçado por estas pistas indiretas, para que outros atualizem estes fenômenos por si mesmos, ao passo que nós também somos encorajados a empregar nossos próprios achados em estudos posteriores. Quanto mais numerosas e precisas tais pistas indiretas se tornam, melhor definidos e mais característicos os fenômenos estudados se mostram. De fato, este esforço pessoal em representar para nós mesmos os fenômenos psíquicos, guiados apenas por estas pistas inteiramente exteriores, é a única condição sob a qual podemos falar de algum tipo de trabalho psicológico.

Um histologista oferecerá exaustiva descrição de elementos morfológicos particulares, mas o fará de modo a tornar mais fácil que outras pessoas vejam estes elementos por si mesmas, e terá de supor ou induzir este “ver por si mesmo” naqueles que realmente querem entendê-lo. Do mesmo modo, o fenomenologista pode indicar aspectos e características, e mostrar como estes podem ser distinguidos e ainda evitadas as confusões; tudo com vistas a descrever os dados qualitativamente diferentes. Mas ele deve se assegurar de que aqueles a quem se dirige não apenas *pensam* como ele, mas *vêem* como ele, no contato e nas conversas com o paciente, e pelas suas próprias observações. Este “ver” não se realiza através dos sentidos, mas sim pela compreensão. Isto é algo bastante singular, irreduzível e derradeiro. E se esperamos dar ao menos um único passo adiante no campo da fenomenologia, temos de nos adestrar e dominar esta técnica – incluindo coisas como a “representação dos dados em primeira pessoa”, “compreensão”, “apreensão” ou “atualização”. Apenas assim adquirimos uma frutífera faculdade crítica que se opõe tanto à adaptação a construções teóricas quanto contra a infrutífera recusa à impossibilidade de progresso. Quem quer que não tenha olhos para enxergar será incapaz de praticar a histologia; quem quer que não se disponha ou seja incapaz de “atualizar” fenômenos psíquicos e representá-los vividamente não poderá obter uma compreensão fenomenológica.

A busca pelos fenômenos irreduzíveis

A qualidade irreduzível dos fenômenos psíquicos – que só podem tomar o mesmo significado para uma diversidade de pessoas através da motivação e múltiplos indícios e pistas mencionados anteriormente – pode ser encontrada até no caso das mais simples características sensoriais, como a percepção do vermelho, do azul, das cores e tons. Também se manifesta na consciência do espaço e objetos, na percepção, representação imagética, pensamento etc. Em psicopatologia temos os exemplos das pseudo-alucinações, do fenômeno de *déjà-vu*, da desrealização, da heautoscopia, da experiência do “duplo”, entre outros; embora todos estes termos descrevam grupos de fenômenos psíquicos que ainda são apenas sutilmente diferenciados entre si.

Para a “atualização”, em nós mesmos, de todas estas características fenomenologicamente irreduzíveis, dispomos de expressões como “perceber”, “ver”, “colocar-se no lugar de”, “empatia”, “compreensão”, entre outras. Tais termos sempre denotam o tipo de experiência irreduzível correspondente e com papel semelhante na psicologia, que a percepção sensorial tem nas ciências naturais. Da mesma maneira que a senso-percepção é evocada pela apresentação de um objeto, também esta “atualização” empática nos será evocada pelas pistas e indicações supracitadas, pela nossa apreensão imediata dos fenômenos expressivos e pela nossa imersão na autodescrição das outras pessoas. Desta terminologia segue que a “empatia” e a “compreensão” não são, de modo algum, fenômenos simples e irreduzíveis em si mesmos, mas provavelmente contêm toda uma gama de elementos ainda por serem definidos. Tal qual a percepção, a empatia tem suas tarefas a desempenhar: primeiramente para a fenomenologia, da qual ela é fundamento, e ainda para a investigação da psicogênese. Até este ponto não estamos preocupados com nenhuma destas; precisamos apenas notar a contribuição dada ao nosso conhecimento por esta experiência empática, compreensiva, e levantar a questão da confiabilidade deste método de acesso aos fatos. Se, analogicamente à experiência perceptiva, reconhecermos a experiência empática como irreduzível, a questão pode ser respondida nestas linhas: no campo da experiência empática os recursos técnicos para “reter” o que foi visto uma vez, para posterior comparação e outros fins, são tão inadequados que serão encontradas mais dificuldades do que no caso da experiência sensorial. Mas, em princípio, a confiabilidade é estabelecida do mesmo modo, isto é, por meio de comparação, repetição e verificação das experiências empáticas conforme propiciam a “atualização”. Em ambos os campos há bastante incerteza; não se pode negar que no campo psicológico esta é maior que nas ciências naturais, mas é uma diferença apenas de grau.

Se estamos representando nossas próprias experiências psíquicas passadas ou as de outras pessoas é irrelevante. A única diferença importante parece ser entre as auto-observações sistemáticas e experimentais sobre experiências persistentes, e aquelas que são representações empáticas comuns. Na investigação dos fenômenos psicopatológicos apenas as últimas podem realmente ser consideradas, já que os pacientes raramente podem ser levados a realizar auto-observações naquele primeiro sentido – e apenas em condições muito favoráveis, quanto a distúrbios simples como agnosias ou alucinações em clara consciência. Contudo, tais representações empáticas de fenômenos entre os doentes mentais podem muito bem ser promovidas por conceitos derivados de investigações fenomenológicas mais elaboradas, do último tipo.

Métodos de análise fenomenológica

Os métodos pelos quais colocamos em prática uma análise fenomenológica e determinamos o que os pacientes de fato experimentam são de três tipos: 1) a “imersão”, por assim dizer, nos gestos, comportamentos, e movimentos expressivos destes; 2) a exploração pelo questionamento direto ao paciente e por meio da avaliação que os próprios pacientes, sob nossa condução, fazem de si mesmos; 3) autodescrições escritas – raramente realmente boas, por outro lado todas do mais alto valor; elas podem, de fato, ser usadas mesmo que não se conheça a personalidade do autor. Em todos esses casos estamos perseguindo a fenomenologia na medida em que nos dirigimos à experiência psíquica subjetiva e não às manifestações objetivas que, neste contexto, são apenas um passo em nossa jornada – os meios, não o objeto de nossa investigação. De todas essas fontes de informação, boas autodescrições têm o mais elevado valor.²

Quando, usando esses métodos, tentamos nos aproximar da vida psíquica do paciente, nossa primeira impressão é de um insondável caos de fenômenos constantemente mutáveis. Nosso objetivo inicial deve ser apreender, delimitar um elemento particular, e retratá-lo com fim de construir uma noção do mesmo, da qual nós e outras pessoas possam fazer uso permanente; além de lhe provermos um nome pelo qual podemos sempre identificá-lo. Fenômenos psicopatológicos

2. Para os interessados, listo algumas das melhores autodescrições publicadas até o momento: Schreber – *Memoirs of a Neurotic*. Leipzig, 1903; Thomas de Quincey – *Confessions of an Opium Eater*; Gérard de Nerval – *Aurélie*; J. J. David – Hallucinations. In: *Neue Rundschau*, n. 17, 874; Kandinsky – On the Study of Hallucination. In: *Archif. J. Psych.*, II, 453; Klinker – *Jahr. F. Psych.*, 9; Kieser – *Allgemeine Zeitschr. F. Psych.*, 10, 423; Engelken – *Ibid.*, 6, 586; Meinert – *An Alcoholic Madman*. Dresden, 1907.

parecem exigir este tipo de abordagem; uma que se propõe a isolar, fazer abstrações a partir de observações correlatas, apresentar como reais apenas os dados em si mesmos, sem tentar entender como emergiram; uma abordagem que apenas pretende “ver”, e não explicar. Em condições patológicas, numerosos fenômenos psíquicos surgem sem antecedentes que lhes confirmem sentido; psicologicamente falando, não emergem de nada. Do ponto de vista causal são decorrentes de um processo mórbido. Memórias vívidas de coisas nunca experimentadas; idéias sustentadas com uma convicção de sua veracidade e sem qualquer base inteligível para tal convicção; afetos e emoções aparecendo espontaneamente e não com base em quaisquer experiências ou idéias relevantes; todas estas e muitas outras são exemplos comuns. Esses são os objetos da investigação fenomenológica, a qual os representa e determina como realmente são. Três grupos de fenômenos podem ser determinados deste modo. O primeiro consiste em fenômenos conhecidos por nossa própria experiência. Surgem da mesma maneira que os processos psíquicos correspondentes, os quais, em condições normais, emergem uns dos outros de maneira inteligível. Diferenciam-se apenas em seu modo de origem dos fenômenos, de outra maneira muito similares, ocorrendo em doentes mentais, por exemplo, muitas falsificações da memória.

Há também fenômenos que devem ser entendidos como exageros, atenuações ou combinações de fenômenos que nós próprios experimentamos, por exemplo, os êxtases de algumas psicoses agudas, pseudo-alucinações, e impulsos mórbidos. Até onde nossa “compreensão” pode alcançar, em tais casos, quando não podemos baseá-la em quaisquer experiências conscientes similares, é uma questão que não pode ser respondida conclusivamente. Algumas vezes parece que nossa compreensão pode ir além das possibilidades garantidas por nossas próprias experiências, mesmo aquelas similares.

O terceiro grupo de fenômenos patológicos se distingue dos dois grupos anteriores por sua completa inacessibilidade a qualquer compreensão empática. Apenas podemos nos aproximar dos mesmos por meio de analogias e metáforas. Percebemo-os individualmente, não por qualquer compreensão dos mesmos em sentido positivo, mas por meio da obstrução ao curso de nossa compreensão em face ao incompreensível. Neste grupo podemos talvez incluir os chamados pensamentos e afetos “fabricados” que muitos pacientes relatam como experiências verdadeiras (experiências de passividade), mas as quais jamais podemos identificar a não ser pelo uso de termos como estes, e através de uma série de observações tencionando determinar o que estes fenômenos não são. Alguns pacientes que, a despeito de sua psicose, preservaram a consciência sobre sua vida mental normal prontamente admitem a impossibilidade de descreverem suas experiências pela linguagem comum. Certo paciente explicou: “Em parte se tem de lidar com coisas que simplesmente não podem ser expressas em linguagem

humana. Se quero ser entendido, ao menos em alguma medida, tenho de usar figuras de linguagem e analogias que não podem mais do que se aproximar da verdade; a única possibilidade é realizar alguma comparação com fatos bem conhecidos da experiência humana...”. Em outro caso: “Tem-se que considerar que se trata mais de uma questão de perspectiva; há estas imagens em minha cabeça, mas é excepcionalmente difícil descrevê-las em palavras, às vezes definitivamente impossível”. Alguns – embora não muitos – dos neologismos cunhados pelos pacientes são baseados em esforços similares para nomear suas próprias experiências. Certo paciente tentou descrever uma sensação em seu quadril, com mais precisão, do seguinte modo: Quando indagado se o que sentia era uma “fisgada”, respondeu: “Não, não é uma fisgada, é uma ‘plotchada’”.

Desde o princípio, a psiquiatria teve de se preocupar com a delimitação e nomeação destas distintas formas de experiência. Não poderia, certamente, ter havido qualquer avanço sem tais definições fenomenológicas. Delírios, falsificações dos sentidos, alterações depressivas e expansivas de humor, e muito mais foram descritos. Todos estes permanecerão como fundamentos para as pesquisas fenomenológicas posteriores. Frequentemente, contudo, temos primeiro que nos livrar das amarras das teorias sobre as supostas bases físicas ou estrutura psicológica destes fenômenos. Numerosas abordagens fenomenológicas têm sido quase decisivamente obstadas por tais empreendimentos teóricos. Não podemos, a esta altura, nos satisfazer com apenas umas poucas e falhas categorias, mas devemos nos voltar sem qualquer pré-concepção aos fenômenos em si mesmos. E se pudermos identificar algum, nós procuraremos concebê-lo e descrevê-lo tão completamente quanto possível, sem alegarmos conhecer previamente em que consiste o fenômeno em virtude de nosso conhecimento em psicologia. A atual classificação dos sintomas da insanidade em falseamentos sensoriais e delírios pode ser útil em sentido mais grosseiro e bem definido, mas estes termos abarcam uma ainda inexplorada diversidade de fenômenos.

Uns poucos exemplos podem ilustrar o tipo de fenômeno que pode ser delimitado. Kandinsky ofereceu uma descrição das pseudo-alucinações, uma variedade específica de imagem mórbida. Estas diferem das imagens normais por sua maior concretude sensorial, clareza de detalhes, por seu surgimento independente e até contrário à vontade do indivíduo, e por ser acompanhada por uma experiência de passividade e haver sido infligida. Por outro lado, diferem das alucinações e da percepção normal por não surgirem no espaço externo como as percepções, mas no espaço interno, no qual as imagens também são vivenciadas. Tal concepção de pseudo-alucinação tem sido atacada por meio de considerações teóricas. Entretanto, a questão é puramente fenomenológica e descritiva. Seria possível representar os casos referidos de outro modo mais convincente; poder-se-ia mencionar outros casos (autodescrições, resultados de outras investigações);

mas é somente por meio de representações claramente estabelecidas deste tipo que as proposições de Kandinsky podem ser refutadas, não por meras considerações teóricas. A tarefa da fenomenologia é autônoma, e o conhecimento disso protegerá contra críticas fundamentadas em má compreensão e, portanto, improdutivas.

Não é incomum, ainda, que pacientes relatem experiências, momentaneamente conscientes, de haver alguém logo atrás ou acima deles. Ao olharem ao redor, este alguém também se viraria; eles “sentem” isto, realmente há alguém lá. Contudo, tais pacientes não têm a experiência sensorial de real contato, ou mesmo qualquer outra experiência sensorial, tampouco jamais vêm a ter qualquer contato cara a cara com a suposta pessoa. Alguns destes pacientes chegam à conclusão de que não há ninguém lá, enquanto outros persistem convencidos da existência desta pessoa cuja presença sentem tão vividamente. Aqui não se trata, obviamente, de uma falsificação sensorial, já que tal elemento sensorial está ausente; tampouco de uma idéia delirante, já que, de fato, o que há é uma experiência que se submete a um juízo, e tal juízo pode ser correto ou delirante. Um terceiro exemplo, extraído da esfera afetiva, mostra como, simplesmente pela “imersão” pessoal em um fenômeno particular e sem a ajuda de qualquer teoria ou sistema, se pode chegar a uma representação e delimitação de tais fenômenos. Por exemplo, ouve-se falar de “sentimentos de êxtase”: entre estes se pode prontamente distinguir, senão diferentes fenômenos, ao menos distintos matizes de sentimentos. Não nos preocupamos, aqui, com estarmos certos ou errados em situações específicas. Pode-se distinguir, em primeiro lugar, um entusiasmo generalizado, emoção ou maravilhamento, envolvendo tudo o que é concebível; em segundo lugar, uma profunda felicidade da qual alguma imagem prazerosa ocasionalmente emerge; e, em terceiro lugar, um sentimento de elevação e graça, de completude e grande significado. Tais distinções rapidamente feitas, para terem seu valor ultimado, devem, então, ser objetos de elaboração fenomenológica adicional.

Os métodos da fenomenologia psicopatológica foram aqui discutidos (apreensão das expressões motoras, exploração das experiências dos pacientes, e autodescrições); também as indicações indiretas pelas quais somos guiados em direção à nossa própria representação do fenômeno (observando suas origens, as condições e circunstâncias em que surgem, seus conteúdos, elementos bem conhecidos que possam conter, indicações simbólicas etc.). E a única questão que persiste é o como podemos prover a motivação para que outros construam suas próprias representações do fenômeno à luz do que já foi desenvolvido. Em um trabalho fenomenológico, portanto, casos individuais serão apresentados e terminologia será estabelecida. Dizer que a fenomenologia lida apenas com dados presentes de modo imediato não consiste em censura à mesma, mas apenas confirma a afirmação de um fato. Contudo, sempre será custoso definir como se

pode passar do caso individual para um entendimento mais geral e uma delimitação mais completa. Deve-se ter em mente que as experiências de pacientes individuais são infinitamente variadas, e que a fenomenologia apenas extrai delas algumas características gerais que podem ser igualmente achadas em outros casos e, portanto, podem ser tomadas pela mesma característica, enquanto a infinidade de experiências pessoais continua mudando. Sustentamos, assim, que por um lado a fenomenologia efetua abstrações a partir de uma infinidade de elementos em contínua mudança, e de outro lado é definitivamente orientada ao perceptível e ao concreto, não ao abstrato. Apenas onde algo pode ser reduzido ao “real” e se tornar um dado imediato, isto é, se tornar concreto, pode haver matéria para a fenomenologia.

Classificando grupos de fenômenos

Assumamos que, como descrito acima, uma variedade de fenômenos possam ser delineados e iluminados. Neste momento parecemos nos situar, novamente, perante um caos de incontáveis fenômenos descritos e definidos, mas ainda insatisfatórios diante de nossas necessidades científicas. O processo de delimitação deve se seguir pela colocação dos fenômenos em algum tipo de ordem, de modo a podermos ter acesso ao conhecimento da diversidade da vida psíquica de maneira sistemática, e tornar possível a investigação dos mesmos além dos limites do já alcançado. Os fenômenos podem ser organizados de modos bastante distintos, de acordo com o propósito que se tem em vista. Por exemplo, podem ser organizados segundo suas origens, determinantes físicos, conteúdos ou significados numa determinada perspectiva – como a estética, ética ou lógica. Todos estes princípios classificatórios devem ser usados nos espaços que lhes competem; mas para a fenomenologia não são satisfatórios. Buscamos uma classificação que organize os fenômenos psíquicos conforme suas similaridades fenomenológicas entre si, tal como um infinito número de cores são organizadas num espectro de uma maneira fenomenologicamente satisfatória. Contudo, no atual estado de desenvolvimento da fenomenologia, parecem existir numerosos grupos de fenômenos entre os quais nenhuma relação pode ser observada. Senso-percepção e idéias, alucinações e delírios, mais parecem ser fenômenos separados por um abismo do que unidos por transições. Fenômenos assim completamente não relacionados somente podem ser inscritos sob denominações distintas, e não podem ser organizados em qualquer padrão específico na vida psíquica.

Mas há outros grupos de fenômenos que podem ser relacionados e organizados de modo sistemático. Entre estes, transições podem ser comumente

distinguidas (como entre as cores). Como exemplo de tal arranjo sistemático de fenômenos correlatos pode ser citado o caso das pseudo-alucinações. Em considerações detalhadas de casos individuais, tem-se a impressão de que transições existem entre as imagens normais e pseudo-alucinações completamente desenvolvidas (que nunca tomam característica de materialidade, e permanecem no espaço psíquico interno, aquele ocupado pelas imagens). Investigando estes fenômenos é possível encontrar quatro principais pontos de contraste, entre os quais eles podem variar ao longo de uma série de transições. Então, se conseguimos descrever cada fenômeno em termos de sua posição aproximada dentro destas séries, teremos caracterizado este fenômeno particular satisfatoriamente do ponto de vista fenomenológico, situado como está entre a imagem e a pseudo-alucinação. Estes quatro pontos de contraste são como segue:

Pseudo-alucinações completamente formadas	Imagens normais
1. Bem definidas, completas em detalhes.	1. Vagas, incompletas em detalhes.
2. Os elementos sensoriais são adequadamente percebidos, como na percepção normal.	2. Uns poucos elementos sensoriais são adequadamente percebidos, ou mesmo nenhum; por exemplo, a imagem de uma face num tom neutro.
3. São dotadas de constância e são de fácil retenção.	3. Dissolvem-se, se dispersam, têm de ser constantemente recriadas.
4. São involuntárias, não podem ser evocadas nem modificadas por escolha própria. Associadas a sentimentos de passividade e de serem externamente impostos.	4. Têm caráter volitivo; podem ser evocadas ou transformadas pela vontade. O sentimento é de participação ativa.

Este exemplo, que não será discutido adicionalmente aqui, mostra como damos início ao agrupamento de fenômenos em bases puramente fenomenológicas, usando como pontos de distinção apenas os aspectos dos fenômenos que são realmente experimentados, e excluindo quaisquer noções ou teorias em adição. Ademais, mostra como é vital distinguir entre transições fenomenológicas e separações fenomenológicas. A existência de transições permite-nos colocar os fenômenos em uma ordem, mas onde há separações apenas podemos enumerar ou contrastar os opostos. Ao mesmo tempo, é evidente que para reconhecer um grupo de fenômenos como um novo grupo do ponto de vista fenomenológico, separado daqueles já reconhecidos, às vezes é algo a ser decidido apenas após cuidadosa consideração de claras evidências. Atualmente, contudo, quando muitos buscam reduzir os dados psíquicos a termos limitados

e o mais simples possíveis, é preferível, todavia, aceitar a multiplicidade de fenômenos – que podem ser organizados posteriormente – do que se deixar levar por algum sistema psicológico superficial construído apenas com uns poucos elementos.

Enquanto o ideal da fenomenologia é a infinidade de características irreduzíveis, classificadas e organizadas a fim de permitir sua investigação, há um outro ideal, oposto: aquele dos elementos irreduzíveis menos numerosos possíveis, como na química. Segundo esta perspectiva, todos os complexos fenômenos psíquicos poderiam ser derivados destes elementos, e todos os fenômenos psíquicos deveriam poder ser satisfatoriamente apresentados pela sua fragmentação nestes elementos. Para ser consistente, tal posicionamento deve prever a possibilidade de se sustentar com um único átomo psíquico, sendo, tudo que é psíquico, construído por distintas configurações desta partícula. Tal idéia aproveita-se do exemplo das ciências naturais, e decerto tem implicações em relação à origem das variedades psíquicas. Tal como a infinita variedade de cores pode ser reduzida a diferenças puramente quantitativas de comprimento de onda, também se poderia desejar explicar a origem das variedades psíquicas e, talvez, estabelecer diferentes classificações, nestas bases. Para a fenomenologia, entretanto, tal questão parece bem pouco importante. O objetivo da análise fenomenológica é amplificar o conhecimento sobre o fenômeno psíquico por meio de sua clara delimitação. Como um procedimento entre outros, a fenomenologia lança luzes sobre elementos psíquicos que se mostram como constituintes daquilo que é estudado. Esta fragmentação de estruturas complexas em seus constituintes é apenas um modo de proceder; mas aqueles que adotam o ponto de vista descrito, que é válido apenas em relação à gênese dos fenômenos psíquicos, falam como se fosse a única possibilidade. Explicariam a percepção, por exemplo, analisando-a em elementos sensoriais, percepção espacial e atitude intencional; enquanto a fenomenologia verdadeira primeiramente compararia percepções com imagens – as quais são compostas pelos mesmos elementos – e chegaria à conclusão que a percepção deve ser caracterizada como uma qualidade psíquica irreduzível. Mesmo quando, ocasionalmente, a idéia da “análise em elementos irreduzíveis” – tal qual a idéia de “análise como a delimitação de tipos irreduzíveis” – parece se apresentar como puramente fenomenológica e não influenciada pela perspectiva genética, ela ainda tende a reincidir, em todas as oportunidades, em confusão com considerações genéticas: novamente diz-se que estruturas psíquicas complexas emergem de uma combinação de elementos. A fenomenologia, por outro lado, recusa o ideal dos menos numerosos elementos possíveis; ao contrário, ambiciona lidar com a infinita variedade de fenômenos psíquicos apenas para, tanto quanto possível (dado que a tarefa é evidentemente interminável), tentar fazê-los mais lúcidos, precisos e individualmente reconhecíveis a qualquer momento.

Os limites da fenomenologia

Oferecemos acima, ainda que em linhas gerais, os propósitos e métodos da fenomenologia, que certamente tem sido praticada desde os primórdios da psiquiatria, mas jamais teve oportunidade de um desenvolvimento sem entraves. Havendo sofrido muito dano em decorrência de ser confundida com outras linhas, reforçaremos sucintamente o que a fenomenologia *não* ambiciona, e com o que a fenomenologia *não* deve ser confundida.

À fenomenologia interessa apenas a experiência real, apenas o perceptível e o concreto, não qualquer elemento que se ensine estar subjacente aos fenômenos psíquicos e que sejam matéria de construções teóricas. A cada um de seus achados a fenomenologia deve questionar: isto realmente foi experimentado? Isto realmente se apresenta na consciência do sujeito? Os achados fenomenológicos derivam sua validade do fato de que os diversos elementos da realidade psíquica podem ser repetidamente evocados. Assim, estes achados apenas podem ser refutados se os elementos de um fato foram erroneamente representados anterior ou presentemente; jamais podem ser refutados pela demonstração de sua impossibilidade ou erro, por meio de proposições teóricas. A fenomenologia nada pode ganhar da teoria: pode apenas perder. A acurácia de uma representação específica não pode ser verificada pela sua conformidade em relação a critérios gerais; a fenomenologia deve sempre encontrar seus padrões em si própria. A fenomenologia, assim, lida com o que é realmente experimentado. Ela vê os fenômenos psíquicos “como se vê de dentro”, e os traz à percepção imediata. Não se preocupa, portanto, com manifestações externas, com fenômenos motores, movimentos expressivos como tais, nem com qualquer tipo de rendimento objetivo. Já havíamos explicitado a extensão em que expressões motoras e autodescrições podem ser utilizadas como meios, mas não como objeto, da fenomenologia. Adicionalmente, a fenomenologia não tem nada a ver com a gênese dos fenômenos psíquicos. Apesar de seu emprego ser um pré-requisito para qualquer investigação causal, ela deixa as questões genéticas de lado, e estas não podem nem refutar nem corroborar seus achados. Estudos causais relacionados a cores, percepção etc., são extrínsecos à fenomenologia. Mas tais investigações factuais ainda lhe são menor perigo que as “mitologias cerebrais”, que têm buscado interpretar a fenomenologia e ressituá-la por meio de construções teóricas dos processos cerebrais fisiológicos e patológicos. Assim, Wernicke, aquele que de fato realizou importantes descobertas fenomenológicas, distorceu-as por interpretá-las em termos de “fibras conectivas” e coisas do tipo. Estes tipos de construções habitualmente impedem as investigações fenomenológicas de atingirem seu objetivo próprio. Inicialmente os criadores destas construções

empregam necessariamente a fenomenologia, mas, havendo alcançado tais teorias, sentem-se em terreno mais seguro, e com notável falha no reconhecimento de suas próprias fontes declaram todos os resultados fenomenológicos como “muito subjetivos”.

Por fim, a fenomenologia deve ser mantida separada do que chamamos de “compreensão genética” dos eventos psíquicos, ou seja, a compreensão de suas relações significativas. Esta é uma modalidade peculiar de compreensão que se aplica unicamente às ocorrências psíquicas; ela apreende, com característica de auto-evidência, como um evento psíquico emerge de outro; como um homem atacado sente-se raivoso, um amante traído enciumado. Fazemos uso da palavra “compreensão” tanto para as “representações” fenomenológicas como também para esta “apreensão” das conexões psíquicas. Para evitar confusões a primeira é denominada “compreensão estática”; ela é a base em que deve repousar a definição dos eventos psíquicos. Compreende apenas dados, experiências, modalidades conscientes e sua delimitação. À última chamamos de “compreensão genética” – a compreensão das conexões significativas entre uma experiência psíquica e outra, a “emergência do psíquico a partir do psíquico”. A fenomenologia, em si mesma, nada tem a ver com esta “compreensão genética” e deve ser tratada como algo inteiramente separado; ainda que, quando preciso, ela possa legitimar o estudo de encadeamentos regulares de eventos psíquicos, se estas são realmente experimentadas e, como tais, juntas, constituem uma unidade fenomenológica *sui generis*. Um exemplo, talvez, é a experiência volitiva. Mas tal encadeamento fenomenológico é algo bem diferente de um fluxo de eventos psíquicos, surgindo um dos outros. Restringimos a fenomenologia ao que quer que possa ser compreendido “estaticamente”.

Se olharmos para a psicopatologia como um todo, nosso interesse central obviamente se localiza sobre aquilo que é “geneticamente compreensível”, nas relações causais exteriores à consciência, e na determinação das bases físicas dos processos psíquicos – em outras palavras, no modo como as coisas *se relacionam*. A fenomenologia apenas nos torna conhecidas as formas nas quais todas as nossas experiências – toda a realidade psíquica – ocorrem; ela não nos diz nada sobre os conteúdos da experiência pessoal do indivíduo, nem qualquer coisa sobre os fundamentos extraconscientes em que os eventos psíquicos parecem flutuar como espuma na superfície do mar. Penetrar nestas profundezas extra-conscientes sempre será mais tentador do que meramente apresentar achados fenomenológicos, ainda que a realização desta última tarefa seja um pré-requisito para qualquer investigação adicional. É apenas no cenário destas formas fenomenologicamente estabelecidas que a vida psíquica real, acessível à nossa compreensão direta, se desvela. E é, afinal de contas, para chegarmos a uma

melhor compreensão desta vida psíquica, que nos vemos motivados a investigar as relações extraconscientes.

As tarefas futuras da fenomenologia

Como conclusão, indicaremos algumas tarefas para a fenomenologia. Nenhum campo na psicopatologia fenomenológica pode ser visto como completamente explorado. Mesmo onde a natureza do fenômeno é aparentemente bem definida, como em alguns tipos de alucinações, relatos de casos realmente bons – e que podem servir para facilitar a visualização e verificar a experiência de outrem – são tão escassos que descrições cuidadosas e detalhadas desses relatos ainda são de grande valor. Muito trabalho ainda precisa ser feito quanto a diferentes tipos de alucinações, particularmente aquelas dos sentidos especiais, as quais necessitam ser meticulosamente investigadas. Um exemplo óbvio é o do problema das alucinações visuais ocorrendo simultaneamente a percepções verdadeiras no espaço objetivo. A fenomenologia das experiências delirantes quase não foi tratada de modo algum; tudo o que há, até este momento, sobre esta matéria, é achado em publicações sobre mudanças afetivas como o primeiro sintoma na paranóia. Estudos sobre fenomenologia das emoções mórbidas são incrivelmente escassos. O que há de melhor está no excelente trabalho de Janet, no qual, entretanto, pouca importância é dada à cuidadosa delimitação e classificação. A experiência subjetiva da própria personalidade foi sistematicamente examinada por Oesterreich. Por todos estes problemas, descrições fenomenológicas feitas por psiquiatras com material a sua disposição, tanto quanto autodescrições mais minuciosas que estas ora disponíveis, seriam da maior importância.

Em histologia, ao se examinar o córtex cerebral, requiere-se consideração a cada fibra, cada núcleo. Do mesmo modo, a fenomenologia demanda que consideremos cada fenômeno psíquico e cada experiência que vêm à luz na investigação de nossos pacientes ou em suas próprias autodescrições. Não deveríamos, em qualquer circunstância, nos satisfazer com uma impressão geral extraída do quadro total, mas deveríamos buscar saber, a respeito de cada detalhe, como ele deve ser visto e avaliado. Assim, se praticarmos este método por algum tempo, muitas coisas se tornarão menos surpreendentes para nós porque foram fartamente observadas; enquanto aqueles que se restringem a “impressões gerais” não se terão dado conta dos fenômenos em questão e, portanto, sempre que estes vierem à sua atenção pelo direcionamento momentâneo de suas “impressões”, eles se farão apresentar como novos e surpreendentes. Todavia, o fenomenologista

experiente dará atenção ao que é realmente novo e desconhecido, e poderá, então, estar justificadamente admirado; não se precisa temer que as surpresas cessem! Desnecessário dizer que muitos psiquiatras, em suas práticas, já agem segundo esta linha e com toda razão achariam impertinente se alegássemos dizer algo novo. Mas a abordagem fenomenológica ainda não é tão difundida a ponto de não mais requerer repetidos esforços para promovê-la. Pode-se esperar que sua aplicação enriqueça ainda mais nosso conhecimento sobre o que o paciente psiquiátrico realmente experimenta.